

SIMULADO – ÉTICA, DEVERES DO SERVIDOR E SUSTENTABILIDADE (CEBRASPE: C/E)

Como responder: marque C ou E. (Gabarito no final)

TEXTO BASE 1

Um servidor da ANAC, durante vistoria em empresa regulada, é abordado por um gerente que oferece “uma lembrança” (brinde de marca) e convida para um almoço “para agradecer a parceria”. O servidor aceita, alegando que “isso não muda meu julgamento” e que “não houve pedido explícito de favorecimento”.

1 - A aceitação de presente de parte interessada em decisão do servidor é compatível com integridade pública se não houver pedido explícito de contrapartida. ()

2 - Mesmo quando não há pedido explícito, aceitar vantagem oferecida por interessado pode comprometer a imparcialidade percebida e enfraquecer a confiança institucional. ()

3 - Brindes e hospitalidades são sempre equiparados a presentes e, portanto, sempre proibidos, independentemente do contexto e do normativo aplicável. ()

4 - A avaliação ética do caso não depende apenas de “intenção” do servidor, mas também de aparência de imparcialidade e risco de influência. ()

5 - Se o servidor recusar a oferta, mas agir com grosseria, estará automaticamente cometendo falta ética mais grave do que aceitar o brinde. ()

6 - A justificativa “isso não muda meu julgamento” elimina o risco ético, pois o problema ético só existe quando há efetiva alteração da decisão. ()

TEXTO BASE 2

Durante atendimento ao público, uma usuária solicita prioridade por “ser conhecida do servidor”. O servidor diz que “vai agilizar”, mas pede que ela “não comente com ninguém” para evitar reclamações.

7 - Atender com prioridade alguém por vínculo pessoal, sem critério impessoal, afronta a ética do serviço público, ainda que o pedido seja “apenas para agilizar”. ()

8 - O pedido de sigilo (“não comente com ninguém”) é elemento neutro e não influencia a análise ética, pois o servidor está apenas evitando conflito com colegas. ()

9 - A impessoalidade no atendimento busca reduzir favoritismos e assegurar tratamento isonômico aos usuários. ()

10 - Se o servidor prestar a informação correta e completa, ele pode omitir a razão real da prioridade sem violar a ética, porque “o resultado foi bom”. ()

TEXTO BASE 3

Um servidor usa conhecimento obtido no cargo (informação ainda não pública sobre mudança regulatória) para orientar um amigo empresário a se antecipar no mercado.

11 - Usar informação privilegiada obtida no cargo para gerar vantagem a terceiros é compatível com o interesse público quando “ajuda o setor a se preparar”. ()

12 - A conduta é problemática porque explora assimetria de informação e pode gerar vantagem privada indevida a partir do exercício da função pública. ()

13 - Se o servidor não receber dinheiro, não existe conflito de interesses. ()

14 - A ausência de benefício financeiro direto ao servidor não elimina o problema ético se houver favorecimento indevido a particular. ()

TEXT0 BASE 4

Dois servidores realizam a mesma atividade. Um deles decide “pegar mais leve” com um regulado, pois “é uma empresa pequena e simpática”, enquanto endurece com outro regulado “mais antipático”.

15 - A atuação seletiva com base em simpatia/antipatia pessoal afronta a ética e a imparcialidade exigida na atuação pública. ()

16 - É aceitável flexibilizar exigências técnicas para empresas pequenas, mesmo sem base normativa, pois isso promove equidade. ()

17 - “Equidade” no sentido de política pública não autoriza o servidor a agir fora de critérios legais e técnicos definidos. ()

18 - Se não houver reclamação formal, a conduta deixa de ser antiética. ()

TEXT0 BASE 5

Um servidor afirma: “Na ética pública, o que importa é não violar a lei; se tudo estiver formalmente correto, não existe problema.”

19 - Mesmo com formalidades legais observadas, o uso da função pública para finalidade estranha ao interesse público pode ser eticamente reprovável. ()

20 - Ética pública se limita à legalidade estrita; portanto, condutas moralmente questionáveis, mas legais, são eticamente neutras. ()

21 - A exigência de “verdade” no trato com o cidadão inclui evitar omissões e distorções, ainda que isso gere desconforto institucional. ()

22 - O dever de veracidade admite exceção ampla quando a verdade “prejudica a imagem do órgão”. ()

TEXT0 BASE 6

Um servidor falta ao serviço repetidamente, em dias alternados, sem justificativa, alegando “problemas pessoais” mas sem formalizar.

23 - Ausências repetidas e sem justificativa formal podem caracterizar inassiduidade habitual, por se tratar de faltas interpoladas. ()

24 - Inassiduidade habitual e abandono de cargo são sinônimos e descrevem a mesma infração. ()

25 - O abandono de cargo pressupõe ausência prolongada e intencional, em regra por período consecutivo. ()

26 - Ausência frequente “picada” nunca gera consequência administrativa, porque não há um período contínuo sem comparecimento. ()

TEXT0 BASE 7

Um servidor participa da administração de uma empresa privada, assinando contratos e conduzindo decisões, mas diz que “é só para ajudar a família” e “fora do horário”.

27 - A participação em gerência/administração de sociedade privada pode ser vedada ao servidor, ainda que fora do horário de trabalho. ()

28 - Ser sócio na condição de acionista/cotista, sem gestão, pode ser tratado de forma diferente de administrar/gerir a empresa. ()

29 - A simples alegação de que “não atrapalha o serviço” transforma a conduta em lícita e eticamente aceitável. ()

30 - A vedação existe porque há risco de conflito de interesses e de comprometimento da dedicação ao interesse público. ()

TEXT0 BASE 8

Uma equipe recebe cobrança pública após incidente. Um servidor, irritado, decide “esconder” parte das informações para evitar críticas, dizendo que “é para proteger a instituição”.

31 - A proteção da imagem institucional justifica ocultar informação relevante do cidadão, pois o interesse público inclui preservar a autoridade do órgão. ()

32 - A transparência e a veracidade tendem a ser parâmetros éticos relevantes na relação com o público, inclusive em situações de crise. ()

33 - O direito à informação pode ser restringido livremente por decisão do servidor, desde que ele considere “conveniente”. ()

34 - O dever de lealdade institucional não é o mesmo que “blindar” o órgão por omissão de fatos relevantes. ()

TEXT0 BASE 9

Uma norma ambiental internacional define metas para a aviação internacional. Um gestor afirma: “Logo, o Brasil é obrigado a aplicar exatamente as mesmas metas para a aviação doméstica”.

35 - Compromissos para aviação internacional e doméstica podem ser tratados em esferas diferentes, considerando soberania e instrumentos nacionais. ()

36 - Se a OACI define compromissos internacionais, isso elimina completamente a possibilidade de políticas nacionais para emissões domésticas. ()

37 - A distinção entre internacional e doméstico é relevante porque os mecanismos e obrigações podem variar. ()

38 - Em sustentabilidade, só existe um caminho: compensar emissões por compra de créditos, sendo irrelevantes medidas operacionais e tecnológicas. ()

TEXT0 BASE 10

Uma política de sustentabilidade menciona CAEP e CORSIA. Um servidor conclui que “são órgãos nacionais brasileiros”.

39 - CAEP é estrutura associada ao âmbito internacional (OACI), relacionada à proteção ambiental da aviação. ()

40 - CORSIA é associado a esquema global de compensação de emissões ligado à aviação internacional. ()

41 - Se um tema é internacional, a ANAC não tem papel técnico em fóruns internacionais, atuando apenas como executora interna. ()

42 - Participar de fóruns técnicos pode influenciar padrões e diretrizes que impactam a regulação nacional e internacional. ()

TEXT0 BASE 11

Sobre combustíveis sustentáveis, um servidor diz: “SAF já é a maior parte do combustível de aviação no mundo, então o problema está praticamente resolvido”.

43 - É incorreto afirmar que SAF já domina a matriz global; sua participação ainda é pequena e a transição envolve desafios tecnológicos e de escala. ()

44 - Se SAF reduz emissões, então sua adoção elimina a necessidade de outras medidas (eficiência operacional, tecnologia, compensação), pois basta trocar o combustível. ()

45 - Ao discutir sustentabilidade, confundir metas, escopo e instrumentos é erro típico de prova e muda o sentido do item. ()

TEXT0 BASE 12

Um servidor afirma: “Se eu trato bem o público e entrego resultado, não preciso seguir padrões éticos formais; ética é só bom senso.”

46 - Códigos e padrões escritos ajudam a tornar expectativas de conduta mais claras e controláveis, não substituindo o bom senso, mas orientando-o. ()

47 - Ética pública é irrelevante para agências reguladoras, pois decisões técnicas não afetam direitos nem o mercado. ()

48 - A ética pública busca orientar a atuação para o interesse coletivo, reduzindo arbitrariedades e favoritismos. ()

TEXT0 BASE 13

Em reunião, um gestor diz: “Conflito de interesses só existe quando há dinheiro envolvido; se for favor a amigo, está liberado”.

49 - Conflito de interesses pode ocorrer mesmo sem pagamento, se houver favorecimento indevido, uso de informação privilegiada ou influência do cargo. ()

50 - Favorecer amigo com base em posição no órgão é irrelevante se não houver ganho econômico, pois a Administração não perdeu dinheiro. ()

TEXT0 BASE 14

Um servidor diz: “Se a conduta é comum no ambiente, então não pode ser antiética”.

51 - A normalização social de uma conduta não é critério suficiente para torná-la ética, especialmente no serviço público. ()

52 - A ética pública pode exigir padrões mais altos do que costumes informais, porque envolve poder, confiança e interesse coletivo. ()

TEXT0 BASE 15

Uma usuária pede orientação. O servidor sabe a resposta, mas decide “resumir demais” para terminar rápido, omitindo condicionantes importantes.

53 - O dever de prestar informação adequada inclui evitar omissão de condicionantes relevantes que possam induzir o cidadão a erro. ()

54 - Desde que o servidor não minta explicitamente, omitir pontos essenciais é eticamente indiferente. ()

TEXT0 BASE 16

Um servidor se recusa a cumprir um procedimento padronizado, alegando que “é burocracia”, e decide criar uma regra própria para “ganhar eficiência”.

55 - A busca por eficiência não autoriza o servidor a substituir critérios impessoais por critérios pessoais sem base institucional. ()

56 - Procedimentos e padrões podem existir para reduzir arbitrariedade e garantir previsibilidade e justiça no tratamento do público. ()

TEXT0 BASE 17

Em sustentabilidade, um servidor confunde “bem-estar social” com “bem-estar do mercado” e afirma que “é a mesma coisa”.

57 - Em regulação e políticas públicas, “bem-estar social” e “bem-estar do mercado” não são termos equivalentes; confundi-los pode distorcer o sentido do item. ()

58 - A expressão “bem-estar do mercado” é sinônimo técnico universal de “bem-estar social” em economia da regulação. ()

TEXTO BASE 18

Um servidor é gentil com todos, mas toma decisões com base em preferências pessoais, sem critérios.

59 - Cordialidade não substitui impessoalidade: decisões devem seguir critérios públicos e não preferências pessoais. ()

60 - Se a intenção do servidor é boa, decisões por preferências pessoais são aceitáveis, pois o fim justifica os meios. ()

GABARITO

1E 2C 3E 4C 5E 6E 7C 8E 9C 10E

11E 12C 13E 14C 15C 16E 17C 18E 19C 20E

21C 22E 23C 24E 25C 26E 27C 28C 29E 30C

31E 32C 33E 34C 35C 36E 37C 38E 39C 40C

41E 42C 43C 44E 45C 46C 47E 48C 49C 50E

51C 52C 53C 54E 55C 56C 57C 58E 59C 60E